

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**

**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO MAR**

**A LEI Nº13.586/17 E SUAS SIMPLIFICAÇÕES PARA O SETOR  
PETROLÍFERO.**

**DOUGLAS DE ANDRADE ARAÚJO**

**SANTOS-SP**

**2018**

DOUGLAS DE ANDRADE ARAÚJO

A LEI N°13.586/17 E SUAS SIMPLIFICAÇÕES PARA O SETOR  
PETROLÍFERO.

TCC apresentado ao departamento de  
ciências do mar, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do título de Bacharel em  
Ciência e tecnologia do Mar.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes More

SANTOS-SP

2018

*“ Não há fatos eternos, bem como não  
há verdades absolutas”.*

*Friedrich Nietzsche.*

## **Resumo**

O presente trabalho inicia-se com definições oriundas do direito tributário brasileiro fundamentando-se no código tributário nacional (CTN) e à luz de conceitos constitucionais (Constituição Federal do Brasil de 1988) e por seguinte realiza a análise, interpretação e compilação de legislações acerca da tributação no setor petrolífero brasileiro, pelo fato de possuir grande relevância para a macroeconomia nacional e devido as recentes modificações no arcabouço jurídico nacional, que com a criação de leis específicas alterou a sistemática do regime de tributação até então adotado. Para tanto, são abordados, de forma majoritária e preponderante no trabalho, mas não exclusivamente, os principais elementos da Lei nº13.586/17, intitulado Repetro-Sped, que dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural e instituiu um regime diferenciado de tributação para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, incentivando o desenvolvimento do setor por meio de renúncias e desonerações fiscais concedidas pelo estado.

**Palavras-chave:** Repetro-Sped. Regime Diferenciado. Tributação.

# SUMARIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. DOS TRIBUTOS .....</b>	<b>8</b>
2.1. Da Conceituação Do Termo Tributo	
2.2. Da Função Dos Tributos	
2.3 – Da Classificação Das Espécies Tributarias	
2.4 – Do Lançamento Tributário	
<b>3. DOS IMPOSTOS .....</b>	<b>13</b>
3.1. Imposto De Importação	
3.2. Imposto De Exportação	
3.3. Imposto Sobre Produtos Industrializados	
<b>4. DAS CONTRIBUIÇÃO SOCIAIS .....</b>	<b>16</b>
4.1. Do PIS/PASEP	
4.2. Da Contribuição Para O Financiamento Da Seguridade Social (COFINS)	
<b>5. DO REGIME ESPECIAL TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>17</b>
5.1. Do REPETRO-SPED	
5.1.1. Da Tributação No REPETRO-SPED	
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>7. REFERÊNCIAS TEÓRICAS .....</b>	<b>28</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No contexto das problemáticas de assuntos marítimos, mais especificamente no setor de exploração de petróleo, tem sempre o papel de protagonista a tributação extraterritorial, causando disputas judiciais, jurisprudências que podem aparentar certa inconstitucionalidade implícita e o principalmente, insegurança jurídica para com aqueles que lhe devem prestações.

Neste sentido o direito tributário ou direito fiscal no passado, que por sua vez é ramo do direito financeiro, mas, esta intrinsicamente ligado ao direito comercial, assume uma posição de destaque, sendo imprescindível para aqueles que atuam neste setor (AMARO, 2012), sua inobservância pode acarretar vultuosos prejuízos financeiros e em alguns casos, inclusive, impedimentos em licitar com o Estado.

Mais recentemente, com a intenção de simplificar o tema e incentivar o desenvolvimento do setor, foi publicado a Medida Provisória nº 795, de 2017 que depois foi convertida na lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017 ficando conhecida como Repetro-Sped, que por sua vez regulamenta a exigência de alguns tributos de competência da união, tais como, cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, COFINS-Importação, Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS.

Para a elaboração do presente trabalho, fez-se uso de uma pesquisa exploratória, identificando possíveis trabalhos, livros e legislações por meio de uma abordagem qualitativa consagrando, assim, uma revisão narrativa da literatura.

A revisão da literatura narrativa ou tradicional, raramente parte de questões específicas bem definidas, portanto não exigem protocolos rígidos para sua compilação, a busca de fontes não é necessariamente pré-determinada, podendo ser a seleção de artigos arbitrária, sendo assim a exaustão das fontes de informação não se faz necessário (CORDEIRO et al., 2007).

Após a pesquisa bibliográfica e revisão legislativa, faz-se necessário uma análise e integração dos conteúdos obtidos e que foi feita em três etapas, a primeira trata-se de uma leitura exaustiva dos conteúdos selecionados, enumerando as partes essenciais ao tema, a segunda etapa busca uma integração dos conteúdos por meio de correlações quando ao assunto abordado e a terceira, finalizando aqui, será interpretado o resultado das integrações e dos conteúdos construídos.

Portanto, esse trabalho tem por finalidade uma busca, interpretação e análise de legislações pertinentes ao tema, facilitando o entendimento e servindo de base para o conhecimento do público geral, sobre assuntos que transitam na visceralidade do arcabouço jurídico brasileiro e que, de certa forma, são de difícil entendimento.

## 2. DOS TRIBUTOS

### 2.1. DA CONCEITUAÇÃO DO TERMO TRIBUTO.

É indispensável para o entendimento do direito tributário, entender o que é um tributo em sua gênese, não apenas uma noção vaga, que se perpetua no senso comum como sendo apenas o imposto, nesse sentido, se confunde tributo com impostos, mesmo o primeiro sendo o gênero e o segundo a espécie.

O tributo, palavra derivada do latim *tributum*, que expressa a capacidade de conceder, prestar. Historicamente os tributos foram prestados em moeda e também através de trabalhos, como ocorria no período medieval na figura da corveia, mas, com o tempo essa prática se extinguiu e nessa era contemporânea o Estado capitalista adota em seus sistemas tributários apenas o pagamento em moeda ou instrumento cujo valor possa nela se exprimir.

Assim, no Brasil a definição de tributo advém da lei ordinária nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (código tributário nacional-CTN), que em seu artigo terceiro prescreve: “ Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. ”

Analisando cada termo do artigo conseguimos definir expressamente a definição de tributo, assim:

- I- ‘ Tributo é toda prestação pecuniária compulsória’: isto é, a vontade do contribuinte é irrelevante no que tange a incidência ou não, assim, uma vez



ocorrida o fato previsto na norma tributaria, concretiza-se a obrigação jurídico tributária;

- II- ‘ Em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir’: pressupõe que o tributo será devido apenas em moeda corrente ou instrumento que a ela se assemelha e possa ser convertido nessa;
- III- ‘Que não constitua sanção de ato ilícito’: isto é, o tributo não possui característica de penalidade, multa e em decorrência de punição pelo cometimento de atos ilícitos no direito, cabe acrescentar que independentemente se o aferimento de renda advinha de um ato ilícito, ainda assim, será devido o imposto, respeitando a cláusula tributária *pecunia non olet*, isto é, o tributo “não cheira”;
- IV- ‘Instituída em lei’: dado o princípio da legalidade que de acordo com a constituição federal de 1988, define em seu artigo 5º: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, todo tributo deve ser previsto em uma lei, para assim, poder ser cobrado;
- V- ‘Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada’: isto é, somente ocorre a origem da obrigação jurídico tributaria após o lançamento tributário e todos os posteriores procedimentos administrativos.

Portanto, o tributo é uma obrigação decorrente das necessidades do estado, independente de vontades individuais, com o objetivo de financiar as atividades estatais, com fundamentação legal, expresso tacitamente na constituição, com uma relação horizontal, doutrinado pelas normas do direito tributário no tocante a legislação, arrecadação e fiscalização dos tributos.

## 2.2. DA FUNÇÃO DOS TRIBUTOS

Os tributos no direito tributário brasileiro possuem três funções características, são elas: a função tributaria fiscal, a função extrafiscal e a função parafiscal.

Primeiramente e até, principalmente, temos a função fiscal dos tributos, isto é, todo o tributo que é arrecadado possui a função de manutenção das atividades do estado, custeio de tudo em que o estado atua de forma direta, possibilitando, assim, a manutenção máquina pública. Os tributos enquadrados nessa definição podem ou não ser vinculados a determinadas atividades, isto é, quando um tributo é pego, o valor é destinado no todo ou em partes, de acordo com a lei, para sua finalidade específica.

Os tributos com função extrafiscal são aqueles que o Estado não o utiliza exclusivamente para o custeio da máquina pública, mas sim, o utiliza com a intenção de intervir na sociedade e/ou na economia nacional. Portanto não possui a finalidade de arrecadação, mas sim de regular e se for o caso, incentivar determinados setores da economia. Geralmente observamos tal tributo quando o estado reduz ou zera alíquotas de impostos. Como esmiúça Luciano Amaro (2012, p.89):

“ diz-se que os tributos têm finalidade arrecadatória (ou fiscal) ou finalidade regulatória (ou extrafiscal). Assim. Se a instituição de um tributo visa, precipuamente, a abastecer de recursos os cofres públicos (ou seja, a finalidade da lei é arrecadar), ele se identifica como tributo de finalidade arrecadatória. Se, com a imposição, não se deseja arrecadar, mas estimular ou desestimular certos comportamentos, por razões econômicas, sociais, de saúde etc., diz-se que o tributo tem finalidades extrafiscais ou regulatórias”~. A extrafiscalidade, em maior ou menor grau, pode estar presente nas várias figuras impositivas. ”

Por fim, existe a função parafiscal dos tributos no direito brasileiro, que se configura em contribuições às entidades de direito privado, paralelas ao estado, mas, exerce a função de Estado no contexto social, que não são relevantes e de direta responsabilidade estatal. Em suma, é toda arrecadação feita pelo estado e repassada a entidades privadas, definidas como terceiro setor do Estado, quem possuem a finalidade específicas de melhoramento da sociedade, são exemplos dessas entidades, o sistema S e sindicatos.

## 2.3. DA CLASSIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES TRIBUTARIAS

No arcabouço jurídico brasileiro a definição da classificação dos tributos é muito difusa, isto é, as diversas entidades competentes para esse tema se divergem, não há um consenso da classificação, o código tributário nacional entende de uma forma, a doutrina de outro e o Supremo Tribunal federal entende de forma diferente dos anteriores.

Analizando a constituição federal em seu art. 145 e no art. 5 do código tributário nacional, observam-se três espécies, são elas, impostos, taxas e contribuições de melhoria, in verbis:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - Impostos;

II - Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

CTN. Art. 5º Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Além da definição legal, muito doutrinadores discordam (MORAES, 2017) dessas espécies, argumentam que há outras espécies tributarias. Sustentam a hipótese da existência de 5 espécies, a exemplo os doutrinadores Hugo de Brito Machado e Ives MARTINS, que além daqueles já expressos na constituição federal e no CTN, acrescentam os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

No âmbito do supremo tribunal federal (STF), o ministro Carlos Veloso, em trecho do voto do relatório RE nº 138.284-8, proferiu:

“ As diversas espécies tributárias, determinadas pela hipótese de incidência ou pelo fato gerador da respectiva obrigação (CTN, art. 4º), são as seguintes: a) os impostos (C.F., arts. 145, I, 153, 154, 155 e 156); b) as taxas (C.F., art. 145, II); c) as contribuições, que podem ser assim classificadas: c.1. de melhoria (C.F., art. 145, III); c.2. parafiscais (C.F., art. 149), que são: c.2.1. sociais, c.2.1.1. de seguridade social (C.F., art. 195, I, II, III), C.2.1.2. outras de seguridade social (C.F., art. 195, parág. 4º), c.2.1.3. sociais gerais (o FGTS, o salário-educação, C.F., art. 212, parág. 5º, contribuições para o SESI, SENAI, SENAC, C.F., art. 240); c.3. especiais: c.3.1. de intervenção no domínio econômico (C.F., art. 149) e c.3.2. corporativas (C.F., art. 149). Constituem, ainda, espécie tributária: d) os empréstimos compulsórios (C.F., art. 148). ”

Segundo o tributarista Hugo de Brito MACHADO, também adota a existência de quatro espécies tributárias, porém excluindo os empréstimos compulsórios:

“ O tributo, como conceituado no art.3º do CTN, é um gênero, do qual o art.5º do mesmo Código indica como espécies os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria. O art.217 do CTN, com redação que lhe deu o Decreto-lei n.27, de 14.11.1966, estabeleceu que as disposições do Código não excluem a incidência e exigibilidade de outras contribuições, que indica. Isso tornou evidente a existência de uma quarta espécie de tributo, integrada pelas contribuições sociais. Tal conclusão restou reforçada pelo art.149 da Constituição Federal de 1988”.

Entretanto no plano geral do direito tributário, adota-se que o empréstimo compulsório não é um tributo em sua gênese, dado que não é uma receita da administração pública, no mesmo momento que se absorve um empréstimo compulsório, pelo método das partidas dobradas em contabilidade, faz-se necessário alocar o correspondente valor também nas dividas da administração pública.

Consagramos por fim, quatro espécies tributárias nas fontes do direito tributário, são elas: os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria e as contribuições especiais

## **2.4. DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO**

No ordenamento jurídico tributário brasileiro, todos os tributos consagram sua existência com o instrumento do lançamento tributário, isto é, a partir do lançamento tributário, o sujeito ativo adquire a autorização para cobrar do sujeito passivo o pagamento do devido tributário.

Segundo o artigo 142 do Código Tributário Nacional, o lançamento tributário consiste no “procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e sendo o caso propor a aplicação da penalidade cabível” e sendo exclusivamente da autoridade administrativa.

Portanto, a partir da constituição do lançamento do tributo, nasce a obrigação tributária, que é uma obrigação jurídica vinculada que une o sujeito passivo ao sujeito ativo, sendo devido uma prestação pecúnia em moeda nos moldes do art. 3º do CTN.

## **3. DOS IMPOSTOS**

### **3.1. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO**

O imposto de importação (II), de competência privativa da União, incide sobre mercadoria estrangeira e tem como fato gerador a entrada da mercadoria em território nacional, para fins de incidência de imposto considera-se estrangeira a mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retornar ao país. Não se aplicam a essa definição conforme diz o parágrafo primeiro do decreto-lei nº37/66, a mercadoria:

(...)

a) enviada em consignação e não vendida no prazo autorizado;

b) devolvida por motivo de defeito técnico, para reparo ou substituição;

c) por motivo de modificações na sistemática de importação por parte do país importador;

d) por motivo de guerra ou calamidade pública;

e) por outros fatores alheios à vontade do exportador.

(...)

Sendo a mercadoria enquadrada nas regras de incidência do imposto, a entidade administrativa responsável, definirá o contribuinte do imposto, que de acordo com o art. 22º do CTN é o importador ou a quem a lei equipara e o arrematante dos produtos apreendidos ou abandonados.

### **3.2. IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO**

O imposto sobre a exportação (IE), se enquadra no rol de impostos com função extrafiscal, isto é, pode ser utilizado pelo Estado como meio de regulação da balança comercial, ou seja, esse imposto pode atuar como medidas protecionistas do Estado ante o comércio internacional. Considera-se ocorrido o

fato gerador do imposto, a saída de produto nacional ou nacionalizada do território nacional, conforme define o decreto-lei nº 1578/77:

Art.1º - O Imposto sobre a Exportação, para o estrangeiro, de produto nacional ou nacionalizado tem como fato gerador a saída deste do território nacional.

§ 1º - Considera-se ocorrido o fato gerador no momento da expedição da Guia de Exportação ou documento equivalente.

(...)

### **3.3. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS**

O imposto sobre produtos industrializados tem sua regulamentação pelo decreto nº7212/10, onde define as hipóteses de incidência do tributo, que diz:

Art. 2º O imposto incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros, obedecidas as especificações constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

Parágrafo único. O campo de incidência do imposto abrange todos os produtos com alíquota, ainda que zero, relacionados na TIPI, observadas as disposições contidas nas respectivas notas complementares, excluídos aqueles a que corresponde a notação “NT” (não tributado).

A tabela de incidência do imposto sobre produtos industrializados é regulamentada pela Receita Federal do Brasil, sendo está encarregada de adequar as alíquotas de acordo com a nomenclatura comum do Mercosul, portanto, deve-se consultar tais notas complementares, uma vez que são alteradas constantemente.

Ainda no decreto há a conceituação do produto industrializado, que diz:

Art. 4º Caracteriza industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo, tal como:

I - a que, exercida sobre matérias-primas ou produtos intermediários, importe na obtenção de espécie nova (transformação);

II - a que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto (beneficiamento);

III - a que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal (montagem);

IV - a que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação da embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria (acondicionamento ou reacondicionamento); ou

V - a que, exercida sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização (renovação ou recondicionamento).

Parágrafo único. São irrelevantes, para caracterizar a operação como industrialização, o processo utilizado para obtenção do produto e a localização e condições das instalações ou equipamentos empregados.

## **4. DAS CONTRIBUIÇÃO SOCIAIS.**

### **4.1. DO PIS/PASEP**

A Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e a contribuição de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) são contribuições de caráter social, isto é, necessárias para a manutenção de ações do Estado quando relacionadas a questão da seguridade social, regulamentadas pela Lei nº 9.715/98; Lei nº 9.718/98; Lei nº 10.637/02; Lei nº 10.865/04 e de acordo com a magna carta brasileira, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, isto é, a federação, representada por seu Entes federados e a sociedade civil serão credores da seguridade social, conforme diz o artigo 195/CF:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos



provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

## **4.2. DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS)**

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, assim como o PIS/PASEP, também entra no rol de contribuições sociais nos moldes do artigo 195/CF. Sua regulamentação se dá pela Lei Complementar nº70/91, que define o alcance e a vinculação dos montantes auferidos pela sua incidência, limitando o uso às despesas com atividades-fim das áreas de saúde, previdência e assistência social, in verbis:

Art. 1º Sem prejuízo da cobrança das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), fica instituída contribuição social para financiamento da Seguridade Social, nos termos do inciso I do art. 195 da Constituição Federal, devida pelas pessoas jurídicas inclusive as a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, destinadas exclusivamente às despesas com atividades-fins das áreas de saúde, previdência e assistência social.

## **5. DO REGIME ESPECIAL TRIBUTÁRIO**

No ordenamento jurídico brasileiro, é bem sabido que a carga tributária é demasiadamente elevada, há uma enorme quantidade de tributos em todas as suas espécies, há também uma grande complexidade e variedades de legislações específicas para cada setor econômico. Assim, o trabalho do empreendedor brasileiro acaba se tornando uma árdua tarefa para conseguir manter-se no caminho certo do desenvolvimento crescente de sua entidade.

Portanto faz-se necessários meios legais que facilitem a empreitada empreendedora, tanto o é que, no ordenamento jurídico brasileiro existe a possibilidades de regimes especiais ou diferenciados de tributação, que visam incentivar, por meio de renúncias e desonerações fiscais, o desenvolvimento tecnológico, industrial e empresarial brasileiro.

Existem diversos instrumentos jurídicos, ditos regimes especiais ou diferenciados de tributação, que alteram tanto alíquotas de impostos como também aqueles que alteram a base de cálculo, unificam impostos em guias únicas de recolhimento e inclusive sendo possível mesclar esses tipos de modificações. Para a escolha ou não do regime considera-se a especificidade e a importância econômica do setor ante o mercado nacional, mas claro, sempre se baseando pela linha tênue que é delimitada pelo princípio da razoabilidade. A título de exemplo temos o Simples Nacional, que é um regime diferenciado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e é coordenado e fiscalizado pela secretaria da Receita Federal, que possibilita a unificação do IRPJ, PIS/Pasep, COFINS, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP) e o recolhimento dos tributos abrangidos mediante documento único de arrecadação –DAS.

## **5.1. DO REPETRO-SPED**

O REPETRO-SPED é um regime aduaneiro especial de utilização econômica, isto é, é um regime tributário especial para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, conforme diz a instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 1781, de 29 de dezembro de 2017:

Art. 1º O regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped), será aplicado com observância do disposto nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O Repetro-Sped destina-se também aos bens a serem utilizados nas atividades de pesquisa e lavra de que trata a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e nas atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Complementa ainda em seu parágrafo único, que tal diferenciação econômico-tributária, destina-se inclusive aos bens utilizados nas atividades de pesquisa e trabalhos exercidas pelas empresas do setor, ressaltando, inclusive, a abrangência para empresas que atuem na região do Pré-Sal e regiões estratégicas para o quadro nacional, segundo a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 e ainda ressaltando que a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, pode fazer uso de tal dispositivo, mesmo estando em atividade regulamentada pela Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, que Autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, in verbis:

Art. 177. Constituem monopólio da União:

(...)

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

A sua aplicação se dá por meio de tratamentos aduaneiros, isto é, são tratados a égide de procedimentos executados pela aduana brasileira, conforme regulamenta o artigo 2º da instrução normativa RFB nº1781/17, in verbis:

(...)

I - Exportação, sem que tenha ocorrido a saída do bem do território aduaneiro, e posterior aplicação de uma das modalidades de importação previstas nos incisos III a V, no caso de bens principais de fabricação nacional vendidos a pessoa jurídica domiciliada no exterior;

II - Exportação, sem que tenha ocorrido a saída do bem do território aduaneiro, e posterior aplicação do regime, no caso de partes e peças de reposição, nacionais ou estrangeiras, destinadas a bens principais já admitidos em uma das modalidades de importação previstas nos incisos III a V;

III - importação de bens para permanência definitiva no País com suspensão do pagamento dos tributos federais incidentes na importação, prevista no inciso IV do art. 458 do Decreto no 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

IV - Admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais proporcionalmente ao tempo de permanência dos bens no território aduaneiro, prevista na alínea "a" do inciso I do art. 376 do Decreto no 6.759, de 2009;

V - Admissão temporária para utilização econômica com pagamento dos tributos federais proporcionalmente ao tempo de permanência dos bens no território aduaneiro, prevista no art. 373 do Decreto no 6.759, de 2009; e

VI - Importação ou aquisição no mercado interno de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem a serem utilizados integralmente no processo produtivo de produto final destinado às atividades de que trata o art. 1o.

(...)

Portanto de acordo com os incisos acima, as mercadorias, os bens, as matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagens poderão ser exportas, importados ou admitidos território nacional com o pressuposto de adoção ao Repetro-sped, possuindo assim, um tratamento diferenciado ante mercadoria destinadas a outros fins que não estes.

Importante, no contexto de tal regime exclusivo, atentar-se ao que diz o parágrafo terceiro do artigo terceiro da RFB nº1781/17, in verbis:

Art. 3o A aplicação do Repetro-Sped é restrita:

(...)

§ 3o Os bens submetidos ao regime deverão ser utilizados exclusivamente nos blocos de exploração ou nos campos de produção indicados nos contratos de concessão, autorização, cessão ou de partilha de produção, incluídas as jazidas unitizadas ou os campos que compartilham o mesmo ativo.

(...)

Assim, os bens submetidos a esse regime diferenciado, deverão exclusivamente aos fins estabelecidos em lei, restrita aos campos de atuação, sendo a sua inobservância punida com sanções e até destruição dos bens, entendimento que será abordado mais adiante.

### **5.1.1. DA TRIBUTAÇÃO NO REPETRO-SPED**

Já comentado anteriormente, o regime diferenciado de tributação Repetro-Sped, faz uso da prerrogativa de beneficiamento no pagamento de impostos, com a intenção de incentivar o desenvolvimento do setor. Assim, conforme a lei nº 13.586/17, em seu art.1º diz:

Art.1º Para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), poderão ser integralmente deduzidas as importâncias aplicadas, em cada período de apuração, nas atividades de exploração e de produção de jazidas de petróleo e de gás natural, definidas no art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º A despesa de exaustão decorrente de ativo formado mediante gastos aplicados nas atividades de desenvolvimento para viabilizar a produção de campo de petróleo ou de gás natural é dedutível na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

(...)

Com base no disposto no artigo, poderão ser integralmente deduzidas da base de cálculo da contribuição sobre lucro líquido (CSLL), as importâncias econômicas aplicadas nas atividades de exploração e produção de jazidas de petróleo e de gás natural, inclusive, as despesas de exaustão, conforme definição contábil, são aquelas que, mediante o processo de desenvolvimento da viabilização da produção, são perdas sem gerar um benefício econômico futuro para a entidade.

A aplicação de alíquotas especiais para o imposto sobre renda (IR) na fonte fica definida conforme a lei nº13.586/17, com produção de efeitos sobre a lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior e define em seu artigo primeiro, in verbis:

Art. 1º A alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos auferidos no País, por residentes ou domiciliados no exterior, fica reduzida para zero, nas seguintes hipóteses:

I - Receitas de fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras ou motores de aeronaves estrangeiros, feitos por empresas, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, bem como os pagamentos de aluguel de contêineres, sobrestadia e outros relativos ao uso de serviços de instalações portuárias;

(...)

§ 2º Para fins de aplicação do disposto no inciso I do caput deste artigo, quando ocorrer execução simultânea de contrato de afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e de contrato de prestação de serviço relacionados à exploração e produção de petróleo ou de gás natural, celebrados com pessoas jurídicas vinculadas entre si, a redução a 0% (zero por cento) da alíquota do imposto sobre a renda na fonte fica limitada à parcela relativa ao afretamento ou aluguel, calculada mediante a aplicação sobre o valor total dos contratos dos seguintes percentuais: (Redação dada pela Lei nº 13.586, de 2017)

(...)

§ 9º A partir de 1º de janeiro de 2018, a redução a 0% (zero por cento) da alíquota do imposto sobre a renda na fonte, na hipótese prevista no § 2º deste artigo, fica limitada aos seguintes percentuais: (Incluído pela Lei nº 13.586, de 2017)

I - 70% (setenta por cento), quanto às embarcações com sistemas flutuantes de produção ou armazenamento e descarga; (Incluído pela Lei nº 13.586, de 2017);

II - 65% (sessenta e cinco por cento), quanto às embarcações com sistema do tipo sonda para perfuração, completação e manutenção de poços; e (Incluído pela Lei nº 13.586, de 2017);

III - 50% (cinquenta por cento), quanto aos demais tipos de embarcações. (Incluído pela Lei nº 13.586, de 2017)

Portanto a alíquota incidente sobre o imposto sobre a renda (IR) para rendimentos provenientes do afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e de contrato de prestação de serviço relacionados à exploração e produção de petróleo ou de gás natural, é reduzida a zero por cento e ficando limitada a parcela

relativa ao afretamento ou aluguel, sendo calculada mediante percentuais definidos pela lei, para as diversas categorias, sobre os valores totais dos contratos celebrados entre as partes envolvidas, são os percentuais: 70% para embarcações com sistemas flutuantes de produção ou armazenamento e descarga, 65% para embarcações com sistemas de sondas para perfuração, rematação e manutenção de poços e por fim, 50% para os demais tipos de embarcação.

Importante considerar que tais reduções de alíquotas não se aplicam as embarcações de apoio marítimo, conforme define a lei nº13.586/17, in verbis:

§ 10. O disposto nos §§ 2º e 9º deste artigo não se aplica às embarcações utilizadas na navegação de apoio marítimo, definida na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, vedada, inclusive, a aplicação retroativa do § 2º deste artigo em relação aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.

Ainda na lei nº13.586/17, há a previsão de suspensão do pagamento de tributos (imposto sobre importação, imposto sobre produtos industrializados, Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação), no âmbito federal, de bens cuja a destinação ao território nacional seja definitiva e que sejam destinadas as atividades às atividades de atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, conforme diz a lei:

Art. 5º Fica instituído o regime especial de importação com suspensão do pagamento dos tributos federais de bens cuja permanência no País seja definitiva e que sejam destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, previstas nas Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de junho de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010. (Produção de efeito)

§ 1º A suspensão de que trata o caput deste artigo aplica-se aos seguintes tributos:

- I - Imposto sobre Importação (II);
- II - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- III - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e
- IV - Cofins-Importação.

(...)

Ainda, em seu artigo quinto, acrescenta que tais suspensões não se aplicam as embarcações destinadas a navegação de cabotagem, à navegação de cabotagem e à navegação interior de percurso nacional, bem como à navegação de apoio portuário e à navegação de apoio marítimo. Para a devida relação de bens que farão jus a tal suspensão, ficará a Receita Federal do Brasil, encarregada de elaborar relação específica de bens, in verbis:

(...)

§ 2º É vedada a aplicação do regime disposto no caput deste artigo para importação de embarcações destinadas à navegação de cabotagem e à navegação interior de percurso nacional, bem como à navegação de apoio portuário e à navegação de apoio marítimo, nos termos da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

§ 3º O disposto no caput deste artigo aplica-se somente aos bens constantes de relação específica elaborada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(...)

Continuando na redação da lei nº13.586/17, há a previsão de suspensão do Imposto sobre Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados, Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, Cofins-Importação, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, na aquisição em mercado interno ou na importação de matérias-primas, produtos intermediários à produção e também nos produtos de embalagens com a finalidade única de ser usado integralmente nas atividades descritas no art.5º da lei nº13.586/17, conforme diz o art.6º da mesma lei, in verbis:

Art. 6º Fica suspenso o pagamento de tributos federais na importação ou na aquisição no mercado interno de matérias-primas, de produtos intermediários e de materiais de embalagem para serem utilizados integralmente no processo produtivo de produto final destinado às atividades de que trata o caput do art. 5o desta Lei.



§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se aos seguintes tributos:

- I - Imposto sobre Importação;
- II - Imposto sobre Produtos Industrializados;
- III - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação;
- IV - Cofins-Importação;
- V - Contribuição para o PIS/Pasep; e
- VI - Cofins.

(...)

A lei nº13.586/17 deixa expressamente dito em seus artigos que a utilização de matérias primas, produtos intermediários e os materiais de embalagens, devem ser exclusivos para os fins aos quais foram adquiridos sobe a égide do Repetro-Sped, sendo, em caso de descumprimento de tais obrigações, aplicados procedimentos com o intuito de agrupar em regime diferenciado os produtos não utilizados corretamente, destruição, exportação ou destinação para o mercado interno com o pagamento dos tributos que foram suspensos anteriormente e sendo recolhido de forma incorreta os impostos, haverá sanções pecuniárias e punitivas sobre os produtos, conforme diz a lei:

(...)

§ 6º As matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem que, no todo ou em parte, deixarem de ser empregados no processo produtivo do produto final de que trata o caput deste artigo, ou que forem empregados em desacordo com o referido processo, ficam sujeitos aos seguintes procedimentos:

- I - exportação;
- II - transferência para outro regime especial;
- III - destruição, sob controle aduaneiro, a expensas do interessado;  
ou
- IV - destinação para o mercado interno, com o pagamento dos tributos suspensos e dos acréscimos legais devidos.

§ 7º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do inciso IV do § 6º deste artigo, caberá lançamento de ofício, com aplicação dos juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

(...)

Por fim, a lei nº13.586/17 define a data limite para a vigência das suspensões dos tributos apresentadas em seus artigos 5º e 6º, definido como limite os fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2040 e sem prejuízo de posteriores exigibilidades das obrigações estabelecidas nos referidos artigos, isto é, se de direito for, as suspensões poderão ser concedidas mesmo após esta data, conforme diz a lei, in verbis:

Art. 7º As suspensões de tributos previstas nos arts. 5º e 6º desta Lei somente se aplicarão aos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2040, sem prejuízo da posterior exigibilidade das obrigações estabelecidas nos referidos artigos.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando iniciada a busca por assuntos relacionados ao tema da tributação em relação ao setor petrolífero nacional, depara-se com uma enormidade de legislações e regulamentações que tornam o entendimento um tanto quanto difícil, principalmente para a comunidade em geral, isto é, aqueles que não estão inseridos no meio jurídico brasileiro.

Tais considerações corroboram a hipótese tratada no início do trabalho, de que há uma enorme dificuldade de pesquisa no arcabouço jurídico nacional, dificultando toda e qualquer medida de desenvolvimento a nível macroeconômico.

No ordenamento jurídico brasileiro há a previsão de numerosos impostos muitos deles incidem sobre o setor petrolífero, isso torna demasiadamente custoso investir e empreender devido ao fato de que, toda essa regulamentação causa uma insegurança jurídica sem precedentes.

A fim de facilitar e incentivar a empreitada no setor petrolífero, o governo brasileiro promulgou a lei nº13.586/17 (Repetro-Sped), que trouxe uma grande quantidade de desonerações, isenções e suspensões fiscais.

Pelo fato de essa lei ser recente, editada no fim do ano de 2017, não há, ainda, uma quantidade relevante de trabalhos dedicados a esmiuçar seus artigos, abreviar entendimentos e diminuir possíveis dualidades de entendimentos literais, é importante também, partindo da premissa, que a duração da lei é relativamente extensa, possuindo eficácia em uma totalidade até o ano de 2040.

Na referida lei há a previsão do não pagamento de contribuições sociais e impostos com a função de controle econômico, por isso, estudos que expandam o campo do direito e permeiem o ramo social são importantes a fim de definir as possíveis implicações que a lei nº13.586/17 causaria na sociedade como um todo, não apenas ao meio econômico-industrial.

Portanto, faz-se necessários mais trabalhos e pesquisas, a nível, inclusive, de pós-graduação, sobre o referido instrumento legal, partindo da simples premissa, que setor petrolífero possui enorme relevância e preponderância na economia brasileira, também são necessários estudos acerca de seus potenciais impactos na sociedade e alterações no orçamento da administração pública.

## 7. REFERÊNCIAS TEÓRICAS

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 12 ed. São Paulo: Saraiva. Ano 2012.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. Atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 1.578, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977**. Dispõe sobre o imposto sobre a exportação, e dá outras providências.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 37, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966**. Dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 406, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1968**. Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.212, DE 15 DE JUNHO DE 2010**. Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.759, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2009**. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

**BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

**BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991.** Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.

**BRASIL. LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004.** Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

**BRASIL. LEI Nº 12.276, DE 30 DE JUNHO DE 2010.** Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.

**BRASIL. LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.** Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

BRASIL. **LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

BRASIL. **LEI Nº 7.689, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988.** Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.

BRASIL. **LEI Nº 9.481, DE 13 DE AGOSTO DE 1997.** Dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.

BRASIL. **LEI Nº 13.586, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.** Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural; institui regime tributário especial para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos; altera as Leis nos 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 12.973, de 13 de maio de 2014; e revoga dispositivo do Decreto-Lei no 62, de 21 de novembro de 1966.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

CORDEIRO, Alexander Magno et al. **REVISÃO SISTEMÁTICA: UMA REVISÃO NARRATIVA.** Rev. Col. Bras. Cir, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1781, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.** Dispõe sobre o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção das

jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) e altera as Instruções Normativas RFB nos. 1.415, de 4 de dezembro de 2013, e 1.600, de 14 de dezembro de 2015.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1796, DE 02 DE MARÇO DE 2018.** Dispõem sobre regimes aduaneiros especiais.

KONKEL, Nicolau Junior. **Contribuições sociais**. São Paulo: Quartier Latin.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros.

MARTINS, Ives Gandra da Silva, coordenador. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. São Paulo: Atlas. 2017.

PIMENTA, Carmen Lucia Sarmiento. **NATUREZA JURÍDICA DAS PLATAFORMAS OFFSHORE: INSEGURANÇA INDESEJADA EM TEMPOS DE PRÉ-SAL**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a18efbe1a6705c27> . Acesso em: 15 jun.2018.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. **A FUNÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR TRIBUTÁRIA. IN: ÂMBITO JURÍDICO**, Rio Grande, X, n. 45, set 2007. Disponível em: [www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=17092](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17092). Acesso em 09 de jun de 2018.

**STJ. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: Nº 138284-8 CEARÁ. RELATOR: CARLOS VELLOSO.** DJ: 01/07/92. Disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=208091>.

Acessado em: 10/10/2018.